

Comissão de Ética pode rediscutir 'quarentenas'

Após casos suspeitos de mau uso do benefício por altos funcionários públicos, colegiado vai debater o assunto e pode rever pagamentos

A Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência da República pode rediscutir regras de quarentena para altos funcionários públicos após possíveis casos de desvirtuamento do benefício envolvendo ex-ministros e dirigentes do governo Jair Bolsonaro, serem revelados pelo Estadão. É o que diz o presidente da CEP, o advogado Manoel Caetano Ferreira Filho. Os processos de quarentena citados nas reportagens podem até ser reabertos.

Em um dos casos, ex-comandantes de Marinha e Exército apresentaram propostas de trabalho, que foram contestadas pelas empresas, para receber seis meses de salário extra. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) já pediu que a Corte apure as quarentenas dos ex-comandantes. Em outro caso, 12 ex-integrantes do governo Bolsonaro (ministros e dirigentes) alegaram interesse em ir trabalhar na iniciativa privada e ganharam o benefício. Ao terminar o período de afastamento recebendo salários sem trabalhar, porém, eles retornam ao serviço público. Todos os servidores citados negaram irregularidades.

O QUE DIZ A LEI

- Detentores dos mais elevados cargos da administração pública muitas vezes têm acesso a informação privilegiada, que diz respeito "a assuntos sigilosos ou relevantes ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo federal que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público".
- Para evitar o uso de informações privilegiadas em benefício de interesses privados e em detrimento da administração pública, a lei impede que

essas altas autoridades exerçam determinadas atividades privadas no período de seis meses após deixarem seus cargos públicos. Esse período é conhecido como "quarentena".

- Como contrapartida ao impedimento temporário ao exercício de atividade privada, a lei estabelece que durante esse período de seis meses a autoridade permanecerá recebendo a remuneração a que fazia jus durante o exercício do cargo. Essa é a denominada "remuneração compensatória".

O presidente da Comissão de Ética Pública diz que as situações serão discutidas. "Temos sessão na comissão na semana que vem e vou levar este tema para analisar e deliberar. Essa é a ideia. Vou levar já essas providências que o TCU vai tomar, ou não, e analisar que providências podemos tomar", disse Manoel Caetano Ferreira Filho. A reunião está marcada para a próxima terça-feira.

A quarentena existe para evitar o uso de informação privilegiada por altos funcionários públicos, ao irem trabalhar em em-

presas privadas. Ao decidir ir para a iniciativa privada, é preciso consultar a CEP. Especialistas, juristas e ex-integrantes da CEP recomendam que o colegiado padronize o procedimento nestes casos, de modo a evitar fraudes. Uma medida eficaz poderia ser a de procurar sistematicamente as empresas que são mencionadas pelas autoridades. Além disso, caso sejam comprovadas as irregularidades, os servidores podem ser responsabilizados tanto administrativamente quanto na esfera criminal, a depender do caso.

Especialistas dizem que fiscalização é falha

O presidente da CEP disse que a comissão vai debater formas de evitar que problemas como os apontados voltem a ocorrer. Para Bernardo Viana, advogado especialista em compliance e anticorrupção e mestre em direito pela Universidade de Columbia (EUA), o "primeiro passo" é que as empresas que teriam feito as propostas de emprego sejam ouvidas. "As empresas poderiam ser solicitadas a confirmar, por exemplo, a veracidade desses convites. Graças ao jornalismo, foi descoberto os casos dos gene-

rais. Mas podemos ter tido vários outros servidores que fizeram o mesmo ao longo dos anos e isso não veio à tona."

Integrante da Comissão de Ética Pública entre 2012 e 2018, a ex-juíza Suzana de Camargo Gomes diz que o colegiado solicita o convite de emprego recebido pelas autoridades para evitar, em um primeiro momento, que a quarentena seja usada como um seguro-desemprego. "Quando a gente passa o convite, o convite, o nosso problema era verificar se a pessoa sairia para um campo

de atuação que tivesse convergência ou estivesse na mesma linha do que o servidor desenvolveu no setor público. Mas agora, se estão apresentando perante um órgão público documento com indícios de não ser verdadeiro, isso é um crime."

Na avaliação de Edson Vieira Araújo, advogado e mestre em Ciência Política, o tema já é tratado de forma suficiente pela lei, e o que falta é rigor no acompanhamento dos casos. "O que se pode fazer é otimizar a ação dos órgãos de controle na fiscalização destas regras."

GESTÃO LEWANDOWSKI

Sarrubbo vai ser o secretário de Segurança

O procurador-geral de Justiça de São Paulo Mario Luiz Sarrubbo vai assumir a Secretaria Nacional de Segurança Pública no Ministério da Justiça na gestão Ricardo Lewandowski. Sarrubbo teve encontro reservado com Lewandowski e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, na semana passada. Na ocasião, o convite foi feito, e o procurador aceitou.

Sarrubbo ajusta detalhes do

cargo e aguarda Lewandowski oficializar a nova equipe do ministério. Com a eventual confirmação de Sarrubbo no cargo, a expectativa é a de que ele leve para o Ministério da Justiça o estilo de "combate firme" ao crime organizado. Em seus mandatos como procurador-geral, de 2020 a 2024, ele fortaleceu o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, braço da Promotoria que mi-

ra organizações dedicadas ao tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro e corrupção.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública assessora o ministro na implementação da Política Nacional de Segurança Pública e dos Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade. Cabe ao secretário promover a integração das forças policiais nos Estados.

Há mais de 25 anos voando para cuidar de você.

UniAir
Voando para cuidar de você
51.2121.1100
uniair.com.br @uniair /voeuniair

TALINE OPPITZ

POR MAUREN XAVIER | INTERINA
mxavier@correiodopovo.com.br

O novo normal

As adversidades climáticas vão fazer parte do novo normal das nossas vidas. Isto é fato. Acontecimentos que antes eram isolados e esporádicos, como os temporais e vendavais, tendem a ser mais permanentes e severos. Logicamente, os seus efeitos são cada vez mais drásticos. Para além dos transtornos à rotina, como falta de energia, destruições e bloqueios de vias, essas ocorrências representam risco à vida. No ano passado, no Rio Grande do Sul, foram dezenas de mortes. Na noite de terça-feira, houve um óbito em Cachoeirinha. E o alerta para novos temporais no Estado permanece até esta quinta-feira. Assim, mais do que nunca é fundamental que o assunto seja tratado com seriedade por todos, especialmente no campo político. Cabe aos governos, em todas as esferas, atuarem em ações de prevenção, com informações e alertas, mas também com planos de pronta resposta. Em ano de eleições municipais, parece mais do que urgente que o assunto receba destaque na campanha e nas propostas dos futuros postulantes, além de um debate responsável. Amenizar os problemas provocados pela crise climática é um desafio de longo prazo, mas que já está atrasada. Há décadas existe o alerta. Pois bem, agora estamos enfrentando as suas consequências. Logo, o tema precisa ser prioridade. Caso contrário, a destruição será cada vez maior.

A responsabilidade pela falta de luz

Com a devastação provocada pelos temporais, a qualidade dos serviços de fornecimento de energia elétrica voltou a ser foco de reclamações. Na tarde desta quarta-feira, milhares de clientes seguiram sem energia e sem previsão do restabelecimento no Estado. Para além da ausência do fornecimento, o que em parte é compreensível pela devastação provocada, a falta de informações é o que agrava a situação. Sim, dar uma previsão é difícil neste momento, especialmente, por que não são situações simples, como quando há queda de árvores. Ao mesmo tempo, a falta de informações e de orientações precisas deixa a população literalmente (me perdoem o trocadilho) no escuro. No caso da CEEE Equatorial, que foi privatizada há três anos e é responsável pela prestação de serviço em Porto Alegre e região metropolitana, as reações foram grandes e as mais fortes vieram das principais autoridades, como o governador Eduardo Leite (PSDB) e o prefeito Sebastião Melo (MDB).

Para além do discurso político

Mobilizações em relação ao serviço prestado pela CEEE Equatorial também ocorreram em outras frentes políticas. A bancada federal gaúcha informou que buscará a Aneel para discutir a qualidade das operações da empresa. Já em Porto Alegre, o movimento da vice-líder do governo de Sebastião Melo, Cláudia Araújo (PSD), é pela formação de uma comissão de vereadores para monitorar a qualidade dos serviços da empresa. Na Assembleia Legislativa, o deputado Miguel Rossetto está propondo a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as condições de operação da empresa.

Atricon solicita dados à Receita Federal

Em audiência com o secretário nacional da Receita Federal, Robinson Sakiyama, o presidente da Atricon, Cezar Miola, tratou sobre a solicitação para que seja viabilizado o acesso a dados dos municípios contidos em painéis (dashboard) do órgão. A Atricon propôs a celebração de acordo para viabilizar o acesso dos Tribunais de Contas a dados, que já são disponibilizados pelo governo federal e que podem aprimorar as fiscalizações.

APARTES

- Responsável pela fiscalização, a Agergs aplicou no ano passado multa à CEEE Equatorial de R\$ 24,3 milhões em razão de problemas na continuidade do fornecimento. A ação segue em fase de recurso.
- A Câmara de Gramado realiza hoje, às 16h, sessão para analisar se aceita ou não a denúncia que pode resultar na cassação do mandato do vereador Volnei da Saúde (PP). Se aprovado, o caso passa para análise da Comissão de Ética do Legislativo. A denúncia tem como base um caso de falta de decoro na conduta pública.

Colaboraram Felipe Nabinger e Rafael Renkovski